

Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África: utilizando a geopolítica crítica para analisar a construção de hegemonia no caso do *Cotton-4 + Togo*

South-South cooperation between Brazil and Africa: using critical geopolitics to analyze the construction of hegemony in the case of *Cotton-4 + Togo*

Gustavo Luiz Xavier de Abreu
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
gustavo.xaviera@gmail.com

Resumo

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) consiste na construção de acordos de ajuda em setores que visam à transferência de tecnologias (sociais, técnicas, científicas ou operacionais). É percebida, cada vez, mais a utilização dessa modalidade de cooperação como uma estratégia de projeção de hegemonias por parte dos países. No contexto da política externa brasileira adotada nos últimos anos (2003-2010), a cooperação técnica ganhou relevância, em especial, pelos investimentos feitos no continente africano, produzindo geografias a partir da dinâmica cooperativa. O Brasil, enquanto doador dentro de cooperações com a África, vale-se do discurso das relações de cooperação Sul-Sul para se opor ao caráter hegemônico e imperialista das cooperações Norte-Sul. Para avaliar os possíveis distanciamentos entre discurso e prática em meio à territorialização do potencial técnico, econômico e político de cooperação do Brasil em relação à África, utilizamos como recorte analítico o *Cotton-4 + Togo*, projeto estruturante de cooperação técnica agrícola que funciona como exemplo de cooperação territorializante do Brasil para a África e o aparato metodológico da geopolítica crítica.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul, Geopolítica Crítica, Hegemonia

Abstract

International Cooperation for Development (CID) consists of building aid agreements in sectors that aim to transfer technologies (social, technical, scientific or operational). The use of this type of cooperation is increasingly perceived as a strategy for the projection of hegemony by countries. In the context of the Brazilian foreign policy adopted in recent years (2003-2010), technical cooperation has gained relevance, in particular, due to investments made in the African continent, producing geographies based on cooperative dynamics. Brazil, as a donor within cooperation with Africa, uses the discourse of South-South cooperation relations to oppose the hegemonic and imperialist character of North-South cooperation. To assess the possible gaps between discourse and practice amid the territorialization of Brazil's technical, economic and political potential for cooperation in relation to Africa, we used the *Cotton-4 + Togo* as an analytical feature, a structuring project for agricultural technical cooperation that works as an example of territorializing cooperation from Brazil to Africa and the methodological apparatus of critical geopolitics.

Keywords: South-South Cooperation, Critical Geopolitics, Hegemony

Introdução

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) consiste na construção de acordos de ajuda em setores que visam à transferência de tecnologias (sociais, técnicas, científicas ou operacionais). Sendo percebida, cada vez mais, a utilização dessa modalidade de cooperação como uma estratégia de projeção de hegemônias por parte dos países. No contexto da política externa brasileira adotada nos intervalos entre os anos de 2003 e 2010, a cooperação técnica ganhou relevância, em especial, pelos investimentos feitos no continente africano, produzindo geografias a partir da dinâmica cooperativa.

O Brasil, enquanto doador dentro de cooperações com a África, se vale do discurso das relações de cooperação Sul-Sul para se opor ao caráter hegemônico e imperialista das cooperações Norte-Sul. Para avaliar os possíveis distanciamentos entre discurso e prática em meio à territorialização do potencial técnico, econômico e político de cooperação do Brasil em relação à África, utilizamos como recorte analítico o *Cotton-4 + Togo*, projeto estruturante de cooperação técnica agrícola que funciona como exemplo de cooperação territorializante do Brasil para a África, devido ao aporte financeiro, ao contexto geopolítico e a mobilização de técnica que encerra.

Entendemos por *Cotton-4 + Togo* um conjunto de cinco países (Benin, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo) que possuem na cotonicultura importante fonte de receitas. Através de uma cooperação envolvendo a Agência Brasileira de Cooperação, o Instituto Brasileiro do Algodão, EMBRAPA, BNDES e institutos de pesquisa e universidades dos C-4 e Togo, o referido projeto de cooperação técnica em agricultura é vendido como um esforço no sentido de aumentar a qualidade e a produtividade do setor algodoeiro em nos países beneficiários dos investimentos brasileiros.

A presença brasileira na África por meio das cooperações Sul-Sul requer uma interpretação atenta às nuances condicionadas por intencionalidades, contextos e potencialidades que nem sempre se apresentam com clareza numa observação mais superficial.

Um elemento que não se pode perder de vista é a assimetria entre doador e beneficiários. Desnível que pode ser amenizado ou aprofundado. Amenizado se o Brasil atua no sentido de conferir autonomia para que os recipiendários, de acordo com uma concepção endógena e autêntica, alcancem um posicionamento dentro da economia-mundo

que corresponda às demandas de cada país africano envolvido. Aprofundado no caso de gerar uma dependência maior de determinado pacote financeiro, tecnológico ou mesmo de apoio político. Condicionalidades à cooperação também tendem, por meio da exploração dessas, a escavar um abismo entre os dois lados do Atlântico sul.

O Brasil busca ascender sozinho em termos de potencial econômico, técnico e político, endossados pela comprovação de potencial de liderança e por alianças? O Brasil pretende atuar no sentido da emancipação africana em sua busca de uma posição de maior voz e prestígio no sistema interestatal capitalista? Questionam-se as bases históricas capitalistas da subalternidade sulista? Que atores promovem e se beneficiam das cooperações, seja no Brasil ou na África? A assimetria coloca o Brasil numa posição de poder e/ou exploração sobre a África? Perguntas como estas podem guiar uma incursão mais eficiente na discussão das cooperações do Brasil para a África e do processo de territorialização do potencial brasileiro sobre o continente.

A articulação de interesses públicos e privados já aponta para as boas oportunidades de financiamentos, mercados e lucros acessadas pelo empresariado brasileiro por meio das portas abertas pela diplomacia e por instituições públicas de renome internacional. O novo projeto político com ênfase nas relações “Sul-Sul” é acompanhado de um projeto econômico, que articula os interesses de grandes grupos empresariais com a transferência de políticas públicas brasileiras para esses países. (GARCIA e KATO, 2014, p. 145).

A posição do Brasil no contexto internacional atual se torna especialmente atraente aos países africanos, sobretudo àqueles que enfrentam dificuldades com as quais já há experiências brasileiras consolidadas e reconhecidas. Somando as tecnologias sociais desenvolvidas (GARCIA e KATO, 2014, p. 161) em solo brasileiro àquelas existentes e de destaque em setores como o agrícola, caso do *Cotton-4 + Togo* aqui estudado, e às condicionalidades diferenciadas das tradicionais cooperações Norte-Sul, as CID Brasil-África ganham um potencial bastante expressivo dentro das Cooperações Sul-Sul.

O poder e o *Cotton-4 + Togo*

Em Raffestin (1993) encontramos uma distinção entre formas de poder, onde se diferencia o Poder (com maiúscula) do poder (com minúscula), sendo o primeiro o que “se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a

população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável” (p. 52). Já o poder (com minúscula) “se esconde por trás do Poder”, estando “presente em cada relação”. O geógrafo segue afirmando que, entre outras proposições de Michel Foucault, as relações de poder são intencionais e não subjetivas e também que, onde há poder há resistência (p. 53).

O pensador segue diferenciando o poder entre coercitivo, remunerador e normativo. Como a presença do Brasil no continente africano através do *Cotton-4 + Togo* se baseia na transferência de recursos e na cooperação técnica visando ao aumento de produtividade, à geração de diversidade genética e ao aprimoramento do produto cultivado (EMBRAPA, 2014), podemos destacar o poder remunerativo, tendo em vista os investimentos brasileiros estimados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2014) em US\$ 5, 21 milhões para a primeira fase (2009-2013) e US\$ 4. 616. 750, 00 para a segunda fase, iniciada em 2014 e ainda não encerrada¹, dentro de um total a ser financiado pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) com valor liberado de US\$ 19.840.863,76 (Projeto n. 10.023: Projeto Base de Cooperação Técnica Sul-Sul – ABC/PNUD *apud* ANUNCIATO, 2014, p. 37).

A cooperação técnica em questão mobiliza principalmente a ABC (vinculada ao MRE), o IBA e a EMBRAPA, do lado brasileiro e, do lado africano, o Instituto de Economia Rural (Mali), o Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola e Ambiental (Burkina Faso), o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas do Benim, o Instituto Chadiano de Pesquisas Agrícolas para o Desenvolvimento e o Instituto Togolês de Pesquisa Agrônômica. Também participa da parceria o PNUD, que agraciou o projeto com o primeiro Prêmio “S3 Award” de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, organizado pelo escritório regional do PNUD para a América Latina e o Caribe (RBLAC). O *Cotton-4 + Togo* atua em três frentes, o controle biológico de pragas, o manejo integrado do solo e a gestão de variedades. Destacam-se as capacitações oferecidas a centenas de técnicos africanos, o desenvolvimento e adaptação de novas formas de cultivo, incluindo o uso novas variedades. No Mali, foi implantado um complexo de escritórios, laboratório de entomologia para o controle biológico das pragas, câmara fria para armazenamento de recursos genéticos e galpão para beneficiamento de amostras. Houve também a revitalização dos laboratórios de solos e biotecnologia. No contexto do *Cotton-4*

¹Em sua página oficial no Facebook, a ABC segue postando vídeos referentes ao *Cotton – 4 + Togo* que afirmam sua continuidade, assim como projetos similares, como o *Cotton Victoria* ainda em 2020. Ver em <https://www.facebook.com/ABCGovBr/posts/567087960086510>. Acesso em 03 de setembro de 2020.

+ *Togo*, não apenas os países parceiros têm se apropriado de tecnologias brasileiras, de modo que algumas tecnologias também estão sendo trazidas para o Brasil, como o sistema de aproveitamento de águas de Chade (ABC, 2014, p. 68).

Uma vez relativizado, posto na perspectiva dos investimentos brasileiros tanto em cooperação Sul-Sul, cooperação com a África e projetos estruturantes, sobretudo em agricultura, o valor mencionado a acima, que a princípio pode não impressionar, ganha importância dentro do projeto geopolítico brasileiro.

Projetos estruturantes acordo com a definição e a lista como beneficiários e valores aportados que a Agência Brasileira de Cooperação disponibiliza em seu site², são aqueles que visam criar e estruturar instituições para capacitar mão de obra em áreas deficientes nos países que demandam cooperação. Sendo assim, estes projetos diferenciam-se de cooperações mais pontuais por sua duração, complexidade, disponibilidade de profissionais e volume de investimentos.

Fiori (2014) traz contribuições para a discussão sobre a política, o poder e sua expansão, começando por apontar “força política e sua coerência econômica interna” (p. 13) como os diferenciais históricos que conferem aos Estados nacionais o potencial de expansão. Em sua análise do conceito de poder, Fiori (2014) faz lembrar algumas ideias de Raffestin (1993) abordadas acima, apontando que “em termos estritamente lógicos, o poder é uma relação que se constitui e se define, tautologicamente, pela disputa e pela luta contínua pelo próprio poder” (p. 15). A análise de Fiori (2014) generaliza a proposição acima, afirmando que a mesma se aplica “em qualquer nível de abstração e em qualquer tempo ou lugar, independente do conteúdo concreto de cada relação de poder em particular (FIORI, 2014).

Observando o *Cotton-4* + *Togo* através da Geopolítica Crítica

Para este trabalho, optamos pela análise no campo da Geopolítica Crítica quem de acordo com Cairo (2008, p. 202) caracteriza-se por não se limitar, como a geopolítica tradicional, às relações de poder que se desenvolvem entre Estados. A vertente crítica não ignora os incontáveis fluxos de poder que se desenvolvem à margem destas relações. O autor, a partir de sua leitura de Routledge (1998), aponta para a importância do que este denomina “antigeopolítica”, que considera “as práticas espaciais e representações do

² <http://www.abc.gov.br/Gestao/ProjetosEstruturantes> Acesso em 03 de setembro de 2020

espaço dos movimentos sociais, das organizações populares e de intelectuais dissidentes que resistem de diversas maneiras à geopolítica dos Estados” (CAIRO, 2008, p. 202). Assim sendo, o fato de a geopolítica crítica enfatizar a macro escala de análise, ela não abre mão das outras escalas, a fim de evitar o determinismo geográfico (CAIRO, 2008). A geopolítica crítica prima então pela análise dos discursos geopolíticos, que para Agnew e Corbridge, referem-se à forma na qual a geografia da economia política internacional foi "escrita e lida" nas práticas das políticas econômicas e exteriores [dos Estados] ao longo de diferentes períodos de ordens geopolíticas. "Escrita" está relacionado à forma em que as representações geográficas são incorporadas nas práticas das elites políticas. "Lida" está relacionado às formas em que essas representações são comunicadas. (1995, p. 46). Para Cairo (2008, p. 203) este grupo de intelectuais do Estado responsáveis constitui-se de “teóricos”, sejam os das universidades ou de institutos de pesquisa e dos “praticantes”, que são os militares ou diplomatas que “especializam a política mundial” (CAIRO, 2008, p. 203).

Fixada esta componente de nosso marco teórico, faz-se importante distinguir os objetivos políticos dos econômicos dos intelectuais do Estado. Também é significativo que nos debruçemos sobre os efeitos que recaem e aos quais reagem os leitores da política internacional. Blackwill e Harris (2016, p. 17), fazem referência a Michael Mandelbaum para uma importante distinção entre a finalidade da política e da economia. Enquanto o coração da primeira é o poder, o da segunda é a riqueza. Distintos são os desafios para um bom desempenho político e econômico. Dado o caráter limitado do poder (FIORI, 2014, p. 14), a competição por este resulta num jogo de soma zero. Já a riqueza, por ser ilimitada, é disputada em um jogo de soma positiva.

A análise de Fiori (2014), em sua continuação, traz mais esclarecimentos: “Dentro do sistema mundial formado por ‘Estados-economias nacionais’, as economias líderes são transnacionais e imperiais por definição” (p. 26). Segue-se que esta expansão transnacional e imperial dos Estados-economias nacionais gera o que Fiori chama de um “rastro” (p. 26) ao redor de si. Fiori afirma ainda a possibilidade da coexistência de tipos diversos de liderança dentro do sistema internacional, o que produz rastros nas áreas lideradas por cada Estado-economia nacional, o que origina “vários centros e periferias com dinâmismos e trajetórias diferentes” (p. 26 - 27).

Percebe-se aí que o projeto brasileiro de busca de maior poder no sistema internacional para alcançar seus objetivos políticos e econômicos carregam em sua

essência as sementes do imperialismo e da transnacionalização, resta investigar, entre os tipos possíveis de liderança econômica global ou regional, qual dos dois, ou ambos, o Brasil pretende exercer sobre a África, especificamente sobre os integrantes do *Cotton-4 + Togo*. Cabe ressaltar que o Brasil, enquanto integrante do Sul econômico global, busca com uma série de iniciativas – como o apoio em missões de paz da ONU, a reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança da mesma, investimentos robustos em projetos de cooperação internacional em múltiplos setores – superar a condição semiperiférica.

Ao afirmar que “hoje os europeus e seus descendentes norte-americanos exerceram um verdadeiro poder estrutural sobre o sistema interestatal capitalista, por terem criado e ainda controlarem o *software* do sistema”, Fiori (2014, p. 28) nos desperta um questionamento: O projeto Brasileiro de poder busca reformular o ‘*software*’ em sua essência ou apenas maior autonomia dentro e poder sobre o ‘*software*’ já existente? No caso da primeira opção, que novas bases o Brasil visaria construir? No caso da segunda esse maior controle favoreceria a mitigação da exploração e da desigualdade ou apenas buscaria para o Brasil o papel, mesmo que mais brando, do explorador?

O que já se pode concluir com Fiori (2014) é que “não há nem haverá jamais como estabelecer e sustentar uma estabilidade hegemônica duradoura, ou uma paz perpétua, dentro do sistema interestatal capitalista inventado pelos europeus” (p. 30). O autor também fornece esclarecimentos sobre o papel desempenhado pelo Brasil na atualidade e sua situação, comparando-o a outras potências emergentes.

Apesar disso, Brasil, África do Sul e Índia – e mesmo a China – ainda ocupam a mesma posição de países ascendentes que sempre reivindicam mudanças nas regras de gestão do sistema mundial e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. (...) uma vez que Brasil e África do Sul não contam por enquanto com as ferramentas de poder e com os desafios externos indispensáveis ao exercício da *realpolitik*. Ainda assim, o Brasil é o país que tem melhores condições de expandir sua presença e projetar de forma pacífica sua liderança e seu poder dentro da região em que está inserido. Na primeira década do século XXI, o Brasil aumentou sua projeção internacional e assumiu uma posição ativa de afirmação de sua liderança e de seu poder na América do Sul e no seu entorno estratégico, incluindo a África Negra e o Atlântico Sul. Em breve, o Brasil será a quinta maior potência econômica do mundo, e não há mais escolha: o crescimento e a atuação internacional já colocaram o país dentro do grupo dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do caleidoscópio central do sistema interestatal capitalista, em que todos competem com todos e todas as alianças são possíveis, dependendo apenas da capacidade de cada um de definir e sustentar os próprios objetivos estratégicos de expansão internacional. (FIORI, 2014, p. 36 - 37).

Como visto na lista a cima, o projeto de ascensão de uma potência não é inocente ou isolado. Estes países possuem papel fundamental nas relações Sul-Sul. Tenhamos em mente que o Brasil, atrás apenas da China e da Índia, possui o maior número de companhias consideradas pelo *Boston Consulting Group* aptas a desafiar companhias de outros gigantes do cenário internacional³ (GARCIA; FONTES, 2014, p. 3). Contudo, o Brasil ainda carrega traços de dependência externa, da luta de classes e das contradições que elas implicam às políticas públicas e ao projeto capitalista imperialista brasileiro (GARCIA; FONTES, 2014, p. 3).

Há que se ter atenção também para o fato de que durante os mandatos de Lula da Silva a África foi dotada de uma expressividade inédita em diferentes setores da política externa do Brasil sob o guarda-chuva conceitual das Cooperações Internacionais para o Desenvolvimento, também conhecidas pela sigla CID (GARCIA; KATO, 2014, p. 146). O que não podemos ignorar é como as CID serviram também a outro objetivo, o “da expansão internacional de grandes empresas com sede no Brasil, especialmente conglomerados da construção civil e do setor de petróleo, gás e mineração” (GARCIA; FONTES, 2014, p. 3). O padrão apresentado, mesmo que com certas variações, demonstra a meticulosidade brasileira em alcançar metas determinadas de expansão, Garcia *et al* (2012, p. 7) e Farias (2017, p. 167), o determina como tripé “investimento – cooperação – financiamento”, que se estabeleceu. Vemos então a territorialização da cooperação Brasileira para a África tanto pelo financiamento de empreendimentos de empresas públicas, como a EMBRAPA (*Cotton-4 + Togo*) quanto de grandes empresas privadas. Podendo assim vislumbrar projetos como o *Cotton-4 + Togo* como geradores de credibilidade e legitimidade que atuam no estabelecimento de um ambiente mais favorável à penetração do capital privado financiado, sobretudo, pelo BNDES.

Nota-se então que as ditas potências emergentes experimentam os dois lados das assimetrias tecnológicas, industriais e financeiras apontadas por Fiori (2014). Por um lado, nas relações com os países centrais, ficam no lado dos explorados nas trocas desiguais e sentem o poder condicionante dos países centrais e dos organismos internacionais onde estes possuem maior influência.

³According to the Boston Consulting Group,⁸ Brazil – only behind China (with 33 companies) and India (with 20 companies) – has 13 companies in the ‘global challengers’ list – companies capable of facing off globally with other international giants: Camargo Correa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brazil Foods, Petrobras, Magnesita, Votorantim and WEG, with, the largest, Vale, already considered an established multinational, not a ‘challenger’ anymore.

Indicativos da territorialização de relações hegemônicas

Ao se relacionarem com a periferia mais empobrecida e explorada do sistema internacional, os emergentes exploram as trocas comerciais e financeiras em seu favor e reúnem condições para o exercício do poder e construção de hegemonia. Poder e hegemonia que tendem a ser propositalmente ignorados ou ocultados nos discursos das potências, clássicas ou as emergentes. No caso do *Cotton-4 + Togo*, o discurso da cooperação se baseia no fortalecimento da integração econômica, política e social, na horizontalidade, ausência de condicionalidades, atendimento de demandas dos recipiendários e respeito aos valores locais⁴. A ausência de fins lucrativos e interesses comerciais também é presente nos discursos institucionais sobre cooperação para a África, veremos a seguir que pode se contestar tal desinteresse (ABC/MRE, 2013).

Podemos então supor uma legitimação da dominação econômica e tecnológica brasileira se projetando sobre a crônica e aguda dependência dos C-4 e de Togo. Há também a criação de laços que constroem os países africanos eventualmente envolvidos a contrapartidas como preferência pelo Brasil e adesão a seus projetos e reivindicações em negociações variadas e apoio ao país em sua busca de maior poder em organismos internacionais como a OMC e o Conselho de Segurança ONU. Podemos ainda falar da construção de uma imagem de maior prestígio do Brasil no cenário interestatal, compatível com suas já mencionadas ambições. Vale salientar que os recursos para o estabelecimento do *Cotton-4 + Togo*, são oriundos do contencioso contra os subsídios dos EUA aos produtores americanos de algodão, onde os C-4 se uniram formalmente ao Brasil com a mesma finalidade na V Conferência Ministerial da OMC, ocorrida em 2003 (ABC, 2014, p. 10).

Tratar da ideia de hegemonia é essencial aqui no projeto e a construção de uma hegemonia brasileira dentro em suas relações de cooperação com o continente africano. Segundo Arrighi (2003, p. 27-28), baseado em Gramsci (1971):

⁴Conforme pode ser visto em documentos e em vídeos institucionais https://www.youtube.com/watch?v=2_m5eemJIN4&list=PL4gejjfVVoTdHsUyRm9dVqQEVmHl4EQi9 Acesso em 03 de setembro de 2020.

O conceito de "hegemonia mundial" aqui adotado, no entanto, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. (...) Esse poder é algo maior e diferente da "dominação" pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da "liderança intelectual e moral".

Mais adiante e ainda com a mesma referência gramsciana, Arrighi (2003, p. 27-28) apresenta o Estado com instrumento de um grupo particular, mas apresentado como empenhado na expansão universal de toda a nação. Destacando-se o papel do consentimento e da construção de um consenso, agora numa escala mais abrangente, ao afirmar que "um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera um sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral" (2003, p. 27-28).

John Agnew (2005, p. 20) em meio a seu esforço de diferenciar hegemonia e império vai à raiz grega da palavra hegemonia. Hegemonia significa dominação ou liderança, em particular de um Estado ou nação sobre uma coalizão ou confederação, mas sem acordo claro sobre se tratar do resultado de coerção, consenso ou um misto de ambos⁵.

Para Agnew (2005, p. 20) tal dominação ou liderança não se configura necessariamente como territorial ou contígua. Podendo ser difuso ou concentrado geograficamente. Faz-se necessário então, mais que a simples coerção militar e econômica, mas baseia-se no consenso ativo e na cooperação. Elementos como regras comuns, instituições e valores, assim como a percepção a superioridade econômica, cultural e militar do hegemom formam a essência da hegemonia⁶.

Segundo Rocha (2019, p. 318) a projeção hegemônica e geopolítica permeia as novas relações de poder entre doador e recipiendário, sendo possível a percepção das estratégias diplomáticas e geoeconômicas e se estas se aproximam mais da lógica Norte-Sul ou Sul-Sul. Podemos ilustrar no caso do *Cotton-4 + Togo*, com a insistente aparição (MRE, 2010, p. 35) do termo transferência de tecnologias, que pressupõe liderança do processo em lugar da alegada horizontalidade, assim como a importância dada pela

⁵Like so many "technical" political words in European languages, "hegemony" and "empire" have Greek and Roman roots. Hegemony is from a Greek word signifying domination or leadership, particularly of a state or nation in a league or confederation, but without clear commitment to whether this is the result of coercion, consensus, or a mix of the two.

⁶Undoubtedly, however, the domination or leadership exercised is not necessarily either territorial or contiguous. It can be diffuse and widespread or concentrated geographically. Typically it involves more than simple military and economic coercion and relies on active assent and cooperation. Common "rules," institutions, and values form the core of the hegemony, backed up by the superior economic, cultural, and military position occupied by the state or social group exercising hegemony.

EMBRAPA à criação de um mercado para os insumos brasileiros, o que pode indicar a intenção de formação de dependência africana. O documento ainda cita uma consequente “maior influência em foros multilaterais. Ou seja, o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil”, o que sugere uma condicionalidade implícita.

O pesquisador (2005, p. 35) segue afirmando que a hegemonia, alcançada por meios que não os do imperialismo pode ser vista positivamente, de forma relativamente benigna de liderança, ou de forma negativa, enquanto relações profundamente exploratórias baseadas no abismo de poder existente entre o hegemom e seus subordinados⁷.

A hegemonia se diferencia então do império para Agnew (2005, p. 35), no que diz respeito à falta de um comprometimento explícito com a organização territorial ou geográfica de um bloco de poder *per se*. E também por se basear na persuasão ou recompensa dos subordinados em lugar da coerção imediata.

Ceceña (2005) alerta que, “Não obstante, as hegemonias sustentam-se em construções mentais, e as mentalidades só se transformam em processos de longa duração” (p. 54). A complexidade da produção de uma hegemonia não se reduz à criação de laços de dependência econômica e técnica, mas na constituição de bases simbólicas efetivas e na legitimação das assimetrias por meio de esforços diversos. Logo, a criação de uma percepção bem difundida e sólida de liderança política, econômica e técnica com eficiência e traquejo dentro de questões estratégicas e complexas no plano internacional, assim como a construção de boas parcerias carregadas de valores amplamente apreciados e que não aparentem prejuízo ou exploração dos mais fragilizados, mas sua emancipação, possuem grande valor.

Não se pode perder de vista que estamos tratando de um sistema internacional capitalista, no qual a reprodução e o fluxo do capital são os fins maiores da construção de qualquer hegemonia. Há que se garantir, então, a liberdade da reprodução do capital e seu retorno, com o mínimo possível de corrosão, aos investidores.

Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência de que levante uma bandeira de guerra que

⁷ In a similar vein, hegemony achieved by means other than empire can be portrayed in either a positive light, involving relatively benign (or even sacrificial) “leadership,” or a negative light, involving profoundly exploitative relationships based on steep power gradients between a hegemon and its subordinates in a hierarchy of power.

precisa ser vista por toda a parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte (HILFERDING, 1986, p. 302 *apud* FARIAS, 2017, p. 46).

Território e capital são elementos essenciais da geopolítica. De acordo com Arrighi (1996, p. 34) posicionamento de cada um deles como meio ou fim marca o posicionamento dos aspirantes à hegemonia dentro do sistema internacional ou de relações que se encerram dentro do mesmo. A lógica capitalista torna-se dominante no sistema internacional. Deste modo, ela rege “[...] os mecanismos de coordenação, cooperação e também de conflito que possibilitaram a expansão do sistema mundial moderno. Foram dos ciclos de poder e dos ciclos de acumulação de capital que se originaram os ‘ciclos hegemônicos’”. (HILFERDING, 1986, p. 302 *apud* FARIAS, 2017, p. 46)

No sistema internacional capitalista notadamente hegemônico pelos Estados Unidos estes, apesar das fraquezas e contradições já apresentadas, ainda não demonstram estar próximos de ceder seu posto de potência hegemônica a um de seus supostos sucessores. Ressaltemos que entre estes não encontramos o Brasil, que deve ser situado em seu projeto de territorialização e poder.

Portanto é importante esclarecer que a vontade de poder brasileira dentro deste cenário corresponde a uma ascensão menos vertiginosa que a chinesa (MILANI; LIMA, 2016, p. 30; FARIAS, 2017, p. 145), por exemplo, e que a hegemonia brasileira se construiria num espaço mais reduzido, o das relações com a África. Ainda nessas relações, conste que os interesses brasileiros encontram uma desigual competição de outras potências, entre elas as clássicas nortistas e a da própria China.

Dentro de um conjunto de cooperações entre Brasil e África que estão sujeitas, como visto a cima, à lógica capitalista de territorialização e que, além disso, envolvem arranjos complexos de instituições e investimentos relativamente robustos, sobretudo no que diz respeito aos projetos estruturantes, o *Cotton-4 + Togo* articula intenções e potencialidades de “ganhos” e “perdas” – para usar os termos de Raffestin (1993, p. 194) – que não podem passar despercebidas. Pelo contrário, dentro da assimetria percebida entre Brasil e África e do reforço da centralidade brasileira na referida cooperação, as relações existentes e desejadas entre “A” e “B” são essenciais para a tomada de cada decisão. Sendo assim, concordamos que "O poder é inevitável e, de modo algum, inocente" (*Ibidem*).

No que diz respeito aos propósitos geopolíticos, ainda que precocemente descontinuados, dado o cenário político que se inaugurou com o impeachment de Dilma Rousseff e o esvaziamento da política externa brasileira para a África durante a gestão

Bolsonaro (que inclusive tem confiado a lideranças da Frente Parlamentar Evangélica a presidência de sete dos oito grupos parlamentares de amizade entre o Brasil e nações africanas)⁸, entendemos que se tornam estratégicos, pois as fragilidades políticas e, sobretudo, as sociais e econômicas, muitas vezes alvos da Cooperação Sul-Sul do Brasil para a África tendem a consolidar o almejado *status* brasileiro de liderança no âmbito internacional, mesmo que dentro de âmbitos reduzidos. No caso específico do *Cotton-4 + Togo*, notamos que não houve descontinuação. Contudo não tivemos acesso a maiores detalhes de operação.

Cabe observar que, de acordo com Farias (2017 p. 212) e Garcia e Kato (2014, p. 146), a abordagem brasileira baseou-se num tripé bastante característico dos Estados sulistas ditos emergentes, a saber, “a tríade investimentos, finanças e cooperação” é apontada pelo referido autor como “um dos braços que permitiram maior capilaridade às pretensões brasileiras” (GARCIA; KATO; 2014, p. 146). Em seu texto sobre poder, John Allen (2003) enfatiza a relação entre geografia e poder, afirmando que a ciência em questão diz respeito ao poder e à geografia política. Especificamente sobre o uso do poder para administrar, controlar e fixar espaço territorial” (p. 95)⁹. Ainda sobre o poder, o geógrafo chama a atenção para suas possibilidades, ressaltando que o poder pode ser exercido “sobre” os outros, emanado de um determinado centro de autoridade, ou ainda “com” os outros, como “meio de concessão de autoridade, não uma ferramenta para alcançar um ordenamento ou oprimir” (p. 96)¹⁰. Pensar na cooperação técnica Sul-Sul entre Brasil e África através desta perspectiva, possibilita interpretar o *Cotton-4 + Togo* como a construção de um poder do Brasil ‘com’ os C-4 e Togo, vistos os esforços em aprimorar a cotonicultura e, conseqüentemente a tecnologia, a produtividade e os ganhos em ambos os lados, ainda que os maiores investimentos sejam brasileiros e os maiores aumentos em rendimento no curto prazo sejam africanos. Entre os frutos colhidos pelo Brasil, citamos algumas tecnologias que estão sendo trazidas para cá, como o sistema de aproveitamento de águas de Chade (ABC, 2014, p. 68). Para o Brasil, o Projeto trouxe visibilidade no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e propiciou aprendizado nas metodologias da Cooperação Sul-Sul.

⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50845597> Acesso em 03 de setembro de 2020.

⁹ Geography, we are often told, is about power and political geography is about the use of power to administer, control, and fix territorial space.

¹⁰ Power is a means of enablement, not a tool to achieve order or constraint.

O BNDES apoia maciçamente a internacionalização de empresas brasileiras no exterior (COSTA LIMA e MELO 2010, p. 132), sobretudo aquelas de engenharia e construção civil tais como (Odebrecht, Queiroz Galvão, OAS, Camargo Correa e Andrade Gutierrez (FARIAS, 2017, p. 196) na crença de que sem companhias internacionais competitivas o país não poderia melhorar seu desempenho econômico (GRACIA; FONTES 2014, p. 5)¹¹. De acordo com Costa Lima e Melo (2010, p. 132), "Entre essas medidas está o financiamento de recursos a países [africanos]. Para Farias (2017, p. 206) "Tal incumbência emanou do histórico da instituição no fomento à industrialização nacional e da capacidade de atuar como impulsionador de alguns setores e grupos eleitos no processo de internacionalização". Salientamos que um projeto reconhecido e premiado como o *Cotton-4 + Togo* ajuda a abrir portas para a internacionalização das empresas brasileiras. O BNDES, chegou a implementar em 2013, o Departamento de Suporte a Operações na África (DESAF), vinculado ao setor de Operações da Área de Comércio Exterior (AEX) (FARIAS, 2017, p. 193). Este fato explicita o direcionamento financeiro, técnico, econômico e político do Brasil em direção ao continente africano.

Os países africanos teriam como obrigação, em contrapartida à cooperação brasileira, a contratação de empresas brasileiras, em detrimento da concorrência (COSTA LIMA; MELO 2010, p. 132), o que, por sua vez, vai de encontro ao discurso da ausência de condicionalidades dentro das cooperações Sul-Sul. Aponta-se então para o desequilíbrio de forças econômicas dentro da relação Sul-Sul entre Brasil e África e afirma-se que "por mais "brando" que possa processar a cooperação econômica entre eles haverá um desequilíbrio" (ROCHA, 2014, p. 42). Rocha (*Ibidem*) ainda afirma que as ambições brasileiras vão mais além, destacando-se a de "ampliar a rede de influência hegemônica para além da América Latina buscando cooperação com países Africanos". Além de capitanear os projetos de cooperação, o Brasil ainda angaria o apoio de seus parceiros africanos em fóruns de organismos internacionais como a ONU e a OMC, com destaque para a reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (*Ibidem*).

Os resultados esperados não foram alcançados de forma satisfatória (COSTA LIMA; MELO 2010, p.130). Contudo, o mercado africano é relevante e que os resultados esperados são os de longo prazo. Além disso, diz que a África pode ajudar muito o Brasil, não só econômica, mas também política e culturalmente (VISENTINI 2010, p. 81). Além

¹¹ Without internationally competitive companies, a country cannot improve its economic performance

de enfrentar as assimetrias e desafios produzidos pelas relações com a América do Norte e Europa, a cooperação com o Brasil também reduz a dependência africana dos investimentos chineses e indianos, sendo uma pré-condição para o desenvolvimento social e econômico do continente (*Ibidem*).

Os aportes em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, em específico, no caso brasileiro, as Sul-Sul para a África funcionam, de acordo com Garcia (2016, p. 203) como investimentos tanto econômicos quanto políticos, visto que além de promover ganhos econômicos através da do auxílio à formação e conquista de novos mercados, a CSS tornar-se-ia uma ferramenta para que alargar o alcance, o destaque e o poder decisório, uma vez que “projetam internacionalmente o Brasil como um país que contribui para a construção de um mundo mais justo e equilibrado”, facilitando, assim, o diálogo e o concerto de decisões nos fóruns internacionais (SCHMITZ, 2011, p. 1). Sendo uma forma branda de conquistar mais poder no plano internacional.

De acordo com Lima e Hirst (2016, p. 41) o Brasil tem demonstrado desde o início do século XX através de sua política externa sua busca por reconhecimento internacional enquanto cumpridor de seu papel “natural” de “grande país” nas questões concernentes ao cenário internacional. Anseia então o Brasil por maior influência e relevância nas regras e nos regimes internacionais e é nas formas brandas de poder que tem expressado sua vontade geopolítica: “O país evitou acumular poder em sua forma mais bruta, especialmente o poder militar. Ao contrário, o pleito por maior influência está associado a outros atributos clássicos do poder como território, população e perfil econômico”.

Apesar de a maior parte dos órgãos envolvidos no *Cotton-4 + Togo*, seja do lado brasileiro ou do africano, serem estatais, há forte presença do capital privado brasileiro em solo africano, sobretudo mineradoras, empreiteiras e alimentícias. Sendo assim, um projeto, mesmo majoritariamente estatal, brasileiro deste porte abre caminhos para outras formas de territorialização do poder do Brasil na África. Observamos então uma tendência das mesmas elites que são dominantes no Brasil tornem-se dominantes também em solo africano através do crescimento de suas gigantes construtoras e empresas do setor energético, por exemplo.

Vemos então a consolidação do Brasil enquanto potência hegemônica no âmbito da cooperação técnica em agricultura aqui abordada. Isto reforça a ideia de que o país busca (re) afirmar seu *status* de potência no cenário internacional, seja por força de seu aparato estatal ou de suas elites econômicas e financeiras. De forma que sobressaiam na “grande

política” os atores que já se destacam na “pequena política” brasileira (GRAMSCI, 2007, p. 21-22).

Cabe ressaltar que o *Cotton-4 + Togo* integra um conjunto maior de projetos de cooperação regidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o das Cooperações Sul-Sul. Definidas pela ABC como uma alternativa ao modelo desigual e imperialista das relações Norte-Sul, através de um modelo mais solidário, horizontal, cooperativo, empoderador e emancipatório. Questiona-se em que condições estes “nobres” interesses dividem os esforços brasileiros com um projeto imperialista, mesmo que sob a modalidade de um imperialismo *soft*.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.

Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações (GRAMSCI 2007, p. 41 e 42).

Garcia e Kato (2014, p. 164) situam o Brasil entre no contexto global das CID, demonstrando seu papel de beneficiário e como vem desenvolvendo características específicas enquanto doador, sobretudo para a África. Temos na citação a seguir um importante resgate da sujeição das políticas públicas aos interesses privados, assim como dos sinais apresentados pelas sementes imperialistas lançadas pelo Brasil à África sob nome de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ou ainda Cooperação Sul-Sul. Destacam-se as peculiares posições apresentadas pelo Brasil e pela África no início do século XXI, que permitiram semelhante associação de interesses.

Conclusões

O Brasil ocupa uma posição paradoxal de um país explorador e explorado, que subordina e, ao mesmo tempo, é subordinado. Apesar de ocupar um lugar dependente na estrutura política, produtiva, tecnológica e financeira global, o país vem se diferenciado (juntamente com os demais países emergentes) dos outros países da periferia, angariando lugar cada vez mais importante na estrutura global de reprodução expandida do capital. Mas na proporção em que avança nesse processo, reproduz crescentemente, e a seu modo peculiar, uma lógica imperialista caracterizada pela consolidação de relações de dominação político-econômica com outros países e povos, que se alimenta continuamente da exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora das suas fronteiras. Nesse contexto, a “nova África” se encaixa nas estratégias políticas e econômicas de frações da classe dominante brasileira, formada por órgãos governamentais, grandes empresas e, em alguns casos, organizações da sociedade civil que ajudam a legitimar esses mesmos processos de acumulação. Mas em que medida o novo “Brasil global” se encaixa nas estratégias políticas e econômicas da “nova África”? É do lugar singular ocupado pelo Brasil e do reconhecimento dessas particularidades que devemos buscar pistas para esses questionamentos. Como país alçado no plano global à posição de umas das principais lideranças do bloco emergente e que vem reflexões sobre a inserção do Brasil na África sendo reconhecido crescentemente pela habilidade em consolidar um modelo de desenvolvimento que combina o crescimento econômico (puxado, sobretudo, pela exportação de recursos naturais e pela aceleração do consumo interno) com a ampliação de políticas públicas (em especial sociais) de redistribuição de renda e combate à pobreza, o Brasil se coloca numa posição diferenciada ao negociar com esses países (GRAMSCI 2007, p. 41 e 42).

Gramsci (2007) cita entre os elementos da hierarquia de poder entre os Estados a ‘força econômica’, suas capacidades produtiva e financeira, sendo que “um elemento ‘imponderável’ é a posição ‘ideológica’ que um país ocupa no mundo em cada momento determinado, enquanto considerado representante das forças progressistas da história” (p.55). Para o pensador “dispor de todos os elementos que, nos limites do previsível, dão segurança de vitória significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência” (GRAMSCI, 2007, p.55). O autor conclui, afirmando que esta posição garante à potência em questão, todas as vantagens da vitória em uma guerra com a dispensa da

necessidade do combate, o que reduz os custos, danos e atritos inerentes a uma guerra de grandes proporções. Sendo assim, se torna muito interessante para as grandes potências e para os Estados que almejam tal posto, investir na construção e consolidação de uma posição de destaque na hierarquia econômica, política e moral dentro do sistema internacional.

Thompson (1979) lança luz sobre uma estratégia para a manutenção de uma hegemonia. Embora sua análise restrinja-se ao contexto inglês do século XIX, podemos utilizá-la para compreender melhor uma hegemonia como a construída entre o Brasil, os C-4 e Togo, ao afirmar que “uma hegemonia tal só pode ser mantida pelos governantes mediante um constante e direto exercício de teatro e concessão” (p. 60), contudo o historiador segue em sua análise expondo que impõe obstáculos que obstruem a percepção de determinados aspectos e permitem que se percebam outros (Thompson, 1979), de acordo com as possibilidades e demandas do hegemom.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Gestao/ProjetosEstruturantes>>. Acesso: 04 nov. 2018.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>> Acesso em: 19 de jul>. Acesso: 04 nov2018.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Avaliação do projeto “apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro dos países do C-4” (Benin, Burquina Faso, Chade e Mali)*. São Paulo: ABC, 2014. Disponível em:
<http://www.abc.gov.br/content/abc/docs/plan_cotton4_PT.pdf> Acesso: 16 de abr. 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Cotton-4+Togo: Uma parceria de sucesso*. São Paulo: ABC, 2014. Disponível em:
<www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/117> Acesso: 04 nov. 2018. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>> Acesso: 15 de mar. 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Relatório de Atividades 2017*. São Paulo: ABC, 2017

AGNEW, J.; CORBIDGE, S. *Mastering space - hegemony, territory and international political economy*. Londres: Routledge, 1995

AGNEW, J. *Hegemony: the new shape of global power*. Philadelphia: Temple University Press, 2005

ALLEN, J. Power. In AGNEW, J; MITCHELL, K; TOAL, G (Eds). *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blacwell, 2003.

ANUNCIATO, R. O. *Política externa brasileira a atuação da EMBRAPA no caso do Cotton-4*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2014 Dissertação de Mestrado

ANUNCIATO, R. O.; MARX, V. Política externa brasileira e a atuação da EMBRAPA no caso do Cotton-4. *Anais...* 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2013

ANUNCIATO, R. O.; MARX, V. Política externa brasileira a atuação da EMBRAPA no caso do Cotton-4. *Revista Conjuntura Austral* Vol. 5, nº. 25 Ago. - Set. 2014

ARENDT, H. *O Que é Política?* Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BLACKWILL, R.; HARRIS, J. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Harvard University Press, 2016.

CAIRO, H. A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 201-206, Maio/Ago. 2008

CECEÑA, A. E. (org). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. São Paulo: CLACSO, 2005.

CEFAÏ, D. Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas: De la experiencia al compromiso. *Revista de Sociologia*, nº 26, 2011, Universidad de Chile. P.137-166.

COSTA LIMA; M. F.; MELO, V. D. S. Revalorização do lugar da África: Política de desenvolvimento e as relações Sul-Sul no Governo Lula da Silva. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.127-155, jan. – dez. 2010

FARIAS, H. C. *A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014)*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2017

FIORI, J. L. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo. Crítica y Emancipación. 157-183, primeiro semestre de 2009.

FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- GARCIA, A. S.; FONTES, V. Brazil's new imperial capitalism. *Socilaist Register*, Toronto, 2014.
- GARCIA, A. S.; KATO, K. Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. 76, p. 69-86, Jan. - Abr. 2016.
- GARCIA, A. S.; KATO, K.; FONTES, C. *A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. PACS, 2012
- GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luís Sérgio Henriques (orgs). *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MILANI, C. Aprendendo com a história: Críticas à experiência da cooperação norte-sul e atuais Desafios à cooperação sul-sul. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Maio - Ago. 2012
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. *Balanço da Política Externa 2003-2010*. Brasília, 2010
- NYE Jr, J. S. *O Futuro do Poder*. São Paulo: Benvirá, 2012
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993
- RAFFESTIN, C. Space, territory, and territoriality: Enviroment and Planning. *Society and Space*. v. 30, p. 121 – 141, 2012
- ROCHA, A. S. Território e hegemonia no tear das relações internacionais na cooperação Sul-Sul - apontamentos sobre aproximação Brasil-África. *Anais... I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*, 2014, Rio de Janeiro, p. 39-48, 2014
- SCHMITZ, G. O. Mapeando a Cooperação para o desenvolvimento. *Desafios do desenvolvimento*, v. 8, n. 65, 2011.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciência de Clase*. Barcelona: Crítica, 1979.
- VISENTINI, P. F. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “soft”? as relações Brasil-África no governo Lula. *Revista SÉCULO XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.65-84, 2010.

ERRATA

- No *Editorial do dossiê: A inserção dos estudos geográficos brasileiros nos estudos globais*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos*, de autoria de Raimundo Jucier Sousa de Assis, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX*, de autoria de Caio Franco Assunção, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A economia do cacau em Gana no início do século XXI*, de autoria de Kaue Lopes dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central*, de autoria de André Santos da Rocha, Jonathan Christian Dias dos Santos e Pablo Ibañez, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África utilizando a geopolítica crítica para analisar a construção de hegemonia no caso do Cotton-4+Togo*, de autoria de Gustavo Luiz Xavier de Abreu publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cartografias não institucionais da pandemia: Mapeando a dispersão espacial da COVID-19 em Belo Horizonte*, de autoria de Eugenia Cerqueira, publicado na revista Geografias Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Dinâmica hidrossedimentológica em ambiente fluvial lântico no sudoeste da Amazônia – Rio Branco – Acre: investigação inicial do processo de assoreamento em canal fluvial*, de autoria de Waldemir Lima dos Santos, Pamela Moura da Silva e José Genivaldo do Vale Moreira, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Do espaço público de lazer ao espaço público do medo o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA)*, de autoria de Elcivânia de Oliveira Barreto e Simão Bossi Santana, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”